

APOSENTADORIA ESPECIAL PARA DEPUTADOS

Em novembro, os deputados estaduais gaúchos aprovaram a criação de um fundo especial de aposentadoria. Parlamentares poderão receber aposentadoria integral após 35 anos de contribuição. Também haverá possibilidade de obter benefício de forma proporcional.

A polêmica: embora haja contribuição dos próprios deputados, especialistas temem que o fundo precise ser completado com verba da Assembleia, em razão do número restrito de participantes. A OAB contesta a lei, pois a Constituição estabelece que ocupantes de cargos eletivos sejam submetidos ao INSS.

PENSÃO VITALÍCIA PARA FILHAS DE SERVIDORES

União e Estados, incluindo o Rio Grande do Sul, pagam pensão a filhas de servidores mortos até que elas se casem. A legislação cessou esses benefícios, mas quem estava na ativa manteve o direito. As pensões custam R\$ 4,5 bilhões por ano – a maior parte para filhas de militares.

A polêmica: para driblar a lei, muitas mulheres se casam na prática, morando com marido e tendo filhos, mas não registram oficialmente. Críticos dizem que a lei só fazia sentido na época em que mulheres não trabalhavam. O Judiciário não cessou o pagamento a quem já recebia, por considerar direito adquirido.

PENSÃO ESPECIAL PARA EX-ATLETA OLÍMPICA

O governo pagará pensão vitalícia para a ex-atleta olímpica Lais da Silva Souza, que ficou tetraplégica ao sofrer acidente há pouco mais de um ano, quando se preparava para as Olimpíadas de inverno na Rússia. O valor do benefício será de R\$ 4.662,43 por mês, teto do INSS.

A polêmica: parte dos defensores dos direitos humanos criticou a iniciativa do governo, apontando que todo ano milhares de brasileiros são mortos por omissão do Estado em circunstâncias de violência, mas as famílias têm dificuldade de buscar amparo junto ao poder público.